Fasul Educacional EaD
Rua Dr. Melo Viana, nº. 75 - Centro - Tel.: (35) 3332-4560
CEP: 37470-000 - São Lourenço - MG

FASUL EDUCACIONAL
(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO DIGITAL E PROTEÇÃO DE DADOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO DIGITAL E PROTEÇÃO DE DADOS

DISCIPLINA:
GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

RESUMO

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e os conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPORTADA POR TIC
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL
SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

AULA 2
INTRODUÇÃO
GESTÃO DE RISCOS
OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS
TRATAMENTO DOS RISCOS
GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

AULA 3
INTRODUÇÃO
ÁREAS DE CONTROLE
CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

AULA 4
INTRODUÇÃO
CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA
CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA
ASSINATURA DIGITAL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

AULA 5
INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO DE TRÁFEGO
REDES PRIVADAS

MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6
INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BEAL, A. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PRINCÍPIOS E MELHORES PRÁTICAS PARA A PROTEÇÃO DOS ATIVOS DE INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES. SÃO PAULO: ATLAS, 2008.
- FONTES, E. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO. 1. ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2001.
- KIM, D. FUNDAMENTOS DE SEGURANÇA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO. 1. ED. RIO DE JANEIRO: LTC, 2014.

DISCIPLINA:
SEGURANÇA DE REDES DE COMPUTADORES

RESUMO

Denominamos como redes de computadores os sistemas compostos de computadores e dispositivos de comunicação interconectados, que possibilitam a troca de informações no formato digital – os bits. Os computadores são interligados por um meio de sistemas de comunicação, formando uma estrutura de computadores e outros dispositivos, meios de transmissão, softwares de rede e equipamentos de comunicação. Uma rede – network ou simplesmente net – também é denominada DCN – Data Communication Network. Simplificando ao máximo, podemos dizer que uma rede de computadores é a utilização de computadores junto com os sistemas de comunicação de dados: Computador + Comunicação = DCN – Data Communications and Computer Network.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
REDES DE COMPUTADORES – ASPECTOS TÉCNICOS
MEIOS DE TRANSMISSÃO
TOPOLOGIA (OU ARQUITETURA) DE REDES
ATIVOS DE REDE

AULA 2
INTRODUÇÃO
PROTEÇÃO DA INFORMAÇÃO
SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA
SEGURANÇA NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE
SEGURANÇA DE RECURSOS HUMANOS E DOS PROCESSOS

AULA 3
INTRODUÇÃO

PROCESSO CRIPTOGRÁFICO
CIFRAS SIMÉTRICAS
CIFRAS ASSIMÉTRICAS
RESUMO CRIPTOGRÁFICO

AULA 4
DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA DA COMUNICAÇÃO
AUTENTICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO
ASSINATURA E CERTIFICADOS DIGITAIS
SEGURANÇA EM REDES IP E WIRELESS

AULA 5
INTRODUÇÃO
SEGURANÇA DE APLICAÇÕES
SEGURANÇA EM MOBILE COMPUTING
SEGURANÇA EM CLOUD COMPUTING
SEGURANÇA EM IOT

AULA 6
INTRODUÇÃO
TÉCNICAS DE SEGURANÇA DE REDE
BOAS PRÁTICAS
MONITORAMENTO E GESTÃO
CAIXA DE FERRAMENTAS

BIBLIOGRAFIAS

- PAULO, L. G. de. Redes de computadores. Curitiba: Uninter, 2015.
- STALLINGS, W. Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
- VELHO, J. A. Tratado de Computação Forense. Campinas: Millenium Editora, 2016.

DISCIPLINA:
GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

RESUMO

A área de gestão em uma empresa, seja ela pública ou privada, é responsável pelo planejamento, execução e monitoramento de atividades com vistas a atingir seus objetivos estratégicos. Já a governança irá direcionar a gestão por meio de diretrizes, definindo responsabilidades na organização. Ela orienta a forma como as organizações serão dirigidas. A governança corporativa é um sistema em que as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas e envolvem o relacionamento entre diversos atores, como sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e outras partes interessadas (IBGC 2017, citado por Giacomelli, 2017).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO ÀS DIRETRIZES CORPORATIVAS
GOVERNANÇA
ARTICULAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E O AMBIENTE DE TRABALHO
PESSOAS X TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AULA 2
INTRODUÇÃO AO GREEN IT NA EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GREEN IT E SUSTENTABILIDADE
ENERGIA LIMPA E LEAN
ECONOMIA CIRCULAR E ATIVOS DE TI
POLUIÇÃO ELETROMAGNÉTICA, SAÚDE E ERGONOMIA

AULA 3
QUALIDADE TOTAL E MELHORIA CONTÍNUA
GESTÃO DE DESEMPENHO E SATISFAÇÃO DE CLIENTES DE TI
BOAS PRÁTICAS DE TI
NORMAS ISO/IEC
FRAMEWORKS DE GOVERNANÇA DE TI

AULA 4
ITIL
ESTRATÉGIA E DESENHO DE SERVIÇOS
TRANSIÇÃO E OPERAÇÃO DE SERVIÇO
MELHORIA CONTÍNUA DE SERVIÇO E GSTI
CERTIFICAÇÃO

AULA 5
ISACA E COBIT
COBIT 5
MODELO DE INFORMAÇÕES E RECURSOS DE TI
GOVERNANÇA E GESTÃO
IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

AULA 6
ITIL X COBIT
GERENCIAMENTO DE PROJETOS (PRINCE 2 E PMBOK)
GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS
MODELOS DE MATURIDADE (CMMI E MPS.BR)
TOGAF, ITSM E ARQUITETURA CORPORATIVA DE TI

BIBLIOGRAFIAS

- ANGELONI, M. T. (org.). Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out., 1988.
- CACAU SHOW. Disponível em: www.cacaushow.com.br. Acesso em: 31 jan. 2022.

DISCIPLINA:
DIREITO CIBERNÉTICO

RESUMO

Esta disciplina pretende apresentar a interdisciplinaridade do Direito com a informática, permitindo compreender relevantes interações com áreas específicas do Direito. Para tanto, analisaremos a lei de introdução às normas do Direito brasileiro e questões inerentes ao Direito Penal, Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito do Trabalho, trazendo conceitos e situações que contextualizam as referidas áreas com o uso da tecnologia da informação e comunicação. A escolha destas disciplinas jurídicas para o estudo decorre de grande relevância social e da presença de forte interação com as tecnologias da informação e comunicação, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO
DIREITO PENAL
DIREITO CIVIL
DIREITO DO CONSUMIDOR
DIREITO DO TRABALHO

AULA 2
BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA INTERNET NO BRASIL
O CONTRATO ELETRÔNICO E O COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL
A EXPANSÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL
OS DESAFIOS JURÍDICOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL
AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

AULA 3
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO MARCO CIVIL DA INTERNET
DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS
DA PROVISÃO DE CONEXÃO E DE APLICAÇÕES DE INTERNET
DA RESPONSABILIDADE POR DANOS DECORRENTES DE CONTEÚDO GERADO POR TERCEIROS E DA REQUISIÇÃO JUDICIAL DE REGISTROS
A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

AULA 4
DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS
OS DADOS PESSOAIS E A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS BASEADO NA SEGURANÇA, NA BOA-FÉ E NA TRANSPARÊNCIA
DOS DIREITOS DO TITULAR
A IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD: BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA DE DADOS

AULA 5
PROTEÇÃO JURÍDICA NO EMPREENDEDORISMO DIGITAL
DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DE EMPRESAS STARTUPS
DOS RESULTADOS FINANCEIROS E DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS DA STARTUP
ASPECTOS JURÍDICOS DA STARTUP NO DIREITO DO TRABALHO
MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR

AULA 6
INTELIGÊNCIA HUMANA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E COMPORTAMENTOS TENDENCIOSOS
LIMITAÇÕES TECNOLÓGICAS E RISCOS SOCIOECONÔMICOS
A NÃO DISCRIMINAÇÃO COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS
A BUSCA PELA NEUTRALIDADE COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. DOU, Poder Executivo. Brasília/DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 4.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.
- GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro: volume 1: parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

DISCIPLINA:
FRAUDES CONTÁBEIS E DOCUMENTAÇÕES

RESUMO

O objetivo desta disciplina é ensinar conceitos e definições sobre fraudes contábeis e documentais. São assuntos distintos, mas que se entrelaçam quando se utiliza um documento falsificado ou adulterado para um lançamento contábil. Começaremos falando de fraudes documentais, atestadas por um perito de documentos, e depois abordaremos as fraudes contábeis, que ficam a cargo de um perito em contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
CONCEITOS INICIAIS
MOMENTO ATUAL NO BRASIL E AS INVESTIGAÇÕES DA LAVA JATO
FRAUDES
DOCUMENTOS
HISTÓRIA DA DOCUMENTOSCOPIA

AULA 2
CONCEITOS INICIAIS
ESCRITA
PRINCÍPIOS DA GRAFOSCOPIA
LEIS DO GRAFISMO
A PERÍCIA

AULA 3
CONCEITOS INICIAIS
OS ELEMENTOS ESTÁTICOS
ELEMENTOS OBJETIVOS
ELEMENTOS SUBJETIVOS
TIPOS DE FALSIFICAÇÃO

AULA 4
CONCEITOS INICIAIS
EXEMPLOS DE ERROS E FRAUDES
FRAUDES CONTÁBEIS
LEIS BRASILEIRAS SOBRE FRAUDES
CONCORRÊNCIA DESLEAL

AULA 5
O PAPEL DA AUDITORIA
LEI SARBANES-OXLEY
GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTABILIDADE CRIATIVA
BRASIL REPORTOU EM 2018 SOMENTE 84% DE FRAUDES
CRONOLOGIA DAS LEIS BRASILEIRAS ANTIFRAUDE

AULA 6
FRAUDES CONTÁBEIS MAIS COMUNS
ALGUNS EXEMPLOS DE FRAUDES CONTÁBEIS
NÚMEROS DAS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL
NÚMEROS DA OPERAÇÃO LAVA JATO
A OPERAÇÃO QUE TEVE INÍCIO EM 2014

BIBLIOGRAFIAS

- BAER, L. Produção gráfica. São Paulo: Senac, 2005.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Elementos de segurança. Brasília, [201-]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fmecir%2Fseguranca%2Froteiro_seg_fam.a sp.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 2.391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

DISCIPLINA:
DIREITO DIGITAL APLICADO

RESUMO

O massivo uso da rede mundial de computadores, ou de serviços como uma rede social que inúmeros problemas de ordem jurídica podem ocorrer: desde o início, seja na hora de contratar (concordar com os famosos termos de uso e de serviço), passando por vazamento de dados, exposição da privacidade e intimidade, furto ou roubo de senhas, fotos, documentos, cyberbullying, fake news, trollagem, stalking, tudo são riscos aos quais o usuário está sujeito e que podem trazer consequências de ordem socioambiental que têm o potencial de prejudicar os direitos de, às vezes, milhares de pessoas ao mesmo tempo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
MINERAÇÃO DE DADOS NO BIG DATA
MODELOS DE NEGÓCIOS NA INTERNET
O PAPEL DOS HUBS E LINKS NA INTERNET
UBERIZAÇÃO DA ECONOMIA

AULA 2
INTRODUÇÃO
PRIVACIDADE E INTIMIDADE NA NUVEM
REDES SOCIAIS: O QUE SÃO?
PRINCIPAIS CLÁUSULAS DOS TERMOS DE USO E DE SERVIÇO EM REDES SOCIAIS
PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT

AULA 3
INTRODUÇÃO
A SOCIEDADE DE ALGORITMOS
VIESES DE ALGORITMOS
O "ROBÔ" COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA?
COMPLIANCE DE ALGORITMOS

AULA 4
INTRODUÇÃO
AS FAKE NEWS E AS BOLHAS INFORMACIONAIS
PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS DERIVADAS DO USO DA INTERNET
O DIREITO AO ESQUECIMENTO
NEUROMARKETING E VÍCIOS DE CONSENTIMENTO EM CONTRATOS ELETRÔNICOS

AULA 5
INTRODUÇÃO
CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA TRANSFERÊNCIA
O PAPEL DO KNOW-HOW NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
O PAPEL DO INPI NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

AULA 6
INTRODUÇÃO
O CONSENTIMENTO NO NEGÓCIO JURÍDICO DIGITAL E SOB A ÉGIDE DA LGPD
DIREITO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE X DIREITO À LIVRE INICIATIVA
SANÇÕES DA LGPD: UM RISCO À ATIVIDADE EMPRESARIAL DE MINERAÇÃO DE DADOS?
O ATUAL CENÁRIO DO MERCADO DE ADEQUAÇÃO DA LGPD

BIBLIOGRAFIAS

- ANDERSON, C. A Cauda Longa: Do Mercado de Massa para o Mercado de Nicho. Rio De Janeiro: Elsevier, 2006
- ANDERSON, C.. Free: Grátis: O Futuro Dos Preços. Rio De Janeiro: Elsevier, 2009.
- ALÉM dos Games! Fortnite Foi O Fenômeno Cultural de 2018. UOL, 7 jan. 2019.

DISCIPLINA:
LEGISLAÇÃO, ÉTICA E CONFORMIDADE

RESUMO

Esta disciplina pretende apresentar a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, permitindo compreender alguns dos princípios e regras utilizados nos julgamentos promovidos pelo Poder Judiciário diante de casos concretos. Para tanto, analisaremos critérios contidos na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, base normativa que disciplina a aplicação de todas as leis brasileiras nos diversos ramos do Direito (Direito Civil, Direito Penal, Direito do Consumidor, dentre outros). Abordaremos questões que demonstram pontos de contato entre o Direito e a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, trazendo exemplos atuais que contextualizam e ilustram a presente abordagem. Serão demonstrados os critérios utilizados na Lei de Introdução para a adequada aplicação das fontes do Direito diante de situações reais levadas à apreciação do Poder Judiciário, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas, tais como a celebração de negócios e a realização de contratos de prestação de serviços e fornecimento de produtos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE DIREITO
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO
FONTES DO DIREITO
CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO DA LEI QUANTO À ORIGEM
VIGÊNCIA DAS LEIS NO TEMPO E HIERARQUIA DAS LEIS

AULA 2

PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DO AUTOR
LEI DE SOFTWARE (LEI 9.609/1998)
CONTRATO DE LICENÇA DE USO
PIRATARIA DE SOFTWARE
RESPONSABILIDADE CIVIL E AÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DE PIRATARIA DE SOFTWARE

AULA 3

O DIREITO CIVIL E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NA ERA DIGITAL
O CONTRATO ELETRÔNICO, DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL
O DEVER DE INFORMAR E DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA, CONFORME O CDC
A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E DA BOA-FÉ, DE ACORDO COM O CDC
DEVERES DO FORNECEDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

AULA 4

BOAS PRÁTICAS COMERCIAIS, AUTORREGULAMENTAÇÃO E CONFORMIDADE NOS NEGÓCIOS DIGITAIS
FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET
DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS DE INTERNET
DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS PROVEDORES DE CONEXÃO E DE APLICAÇÃO DE INTERNET
A RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR DE APLICAÇÕES POR DANOS CAUSADOS POR CONTEÚDO GERADO POR TERCEIRO

AULA 5

A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NO AMBIENTE VIRTUAL
DECRETO N. 7.962/2013: CONTRATAÇÃO NO COMÉRCIO ELETRÔNICO
O DEVER DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA NOS TERMOS DE USO E NA COLETA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, NOS TERMOS DA LGPD
CONFORMIDADE NA OFERTA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DIGITAIS
CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DIGITAIS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AULA 6
CRIMES VIRTUAIS
A PREVENÇÃO E O COMBATE AOS CIBERCRIMES
PROJETO DE LEI N. 879/2022 – CRIME DE SEQUESTRO DE DADOS INFORMÁTICOS
NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO NA INDÚSTRIA 4.0
PRIVACIDADE E CONFORMIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO NA ERA DIGITAL

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, J. de S. Tripartição dos Poderes e funções essenciais à justiça. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- BAHIA. Lei n. 13.914, de 29 de janeiro de 2018. Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar no Estado da Bahia. Diário Oficial [do] Estado da Bahia, 29 jan. 2018. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13914-de-29-de-janeiro-de-2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução n. 17, de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2005. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2033-2022.pdf.

DISCIPLINA:
LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS
A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD
OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2
INTRODUÇÃO
CONCEITOS FUNDAMENTAIS
HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
CONSENTIMENTO DO TITULAR
LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3
INTRODUÇÃO
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO
COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4
INTRODUÇÃO
DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS
CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS
AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR
ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5
INTRODUÇÃO
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL
ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO
O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6
INTRODUÇÃO
BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA
PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD
ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE
O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?.

DISCIPLINA:
DIREITO E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

RESUMO

Esta disciplina pretende apresentar a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, permitindo compreender alguns dos princípios e regras utilizados nos julgamentos promovidos pelo Poder Judiciário diante de casos concretos. Para tanto, analisaremos critérios contidos na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, base normativa que disciplina a aplicação de todas as leis brasileiras nos diversos ramos do Direito (Direito Civil, Direito Penal, Direito do Consumidor, dentre outros). Abordaremos questões que demonstram pontos de contato entre o Direito e a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, trazendo exemplos atuais que contextualizam e ilustram a presente abordagem. Serão demonstrados os critérios utilizados na Lei de Introdução para a adequada aplicação das fontes do Direito diante de situações reais levadas à apreciação do Poder Judiciário, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas, tais como a celebração de negócios e a realização de contratos de prestação de serviços e fornecimento de produtos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
CONCEITO DE DIREITO
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO
FONTES DO DIREITO
CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO DA LEI QUANTO À ORIGEM
VIGÊNCIA DAS LEIS NO TEMPO E HIERARQUIA DAS LEIS

AULA 2
PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DO AUTOR
LEI DE SOFTWARE (LEI 9.609/1998)
CONTRATO DE LICENÇA DE USO
PIRATARIA DE SOFTWARE
RESPONSABILIDADE CIVIL E AÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DE PIRATARIA DE SOFTWARE

AULA 3
O DIREITO CIVIL E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NA ERA DIGITAL
O CONTRATO ELETRÔNICO, DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL
O DEVER DE INFORMAR E DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA, CONFORME O CDC
A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E DA BOA-FÉ, DE ACORDO COM O CDC
DEVERES DO FORNECEDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

AULA 4
BOAS PRÁTICAS COMERCIAIS, AUTO REGULAMENTAÇÃO E CONFORMIDADE NOS NEGÓCIOS DIGITAIS
FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET
DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS DE INTERNET
DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS PROVEDORES DE CONEXÃO E DE APLICAÇÃO DE INTERNET

A RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR DE APLICAÇÕES POR DANOS CAUSADOS POR CONTEÚDO GERADO POR TERCEIROS

AULA 5
A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NO AMBIENTE VIRTUAL
DECRETO N. 7.962/2013: CONTRATAÇÃO NO COMÉRCIO ELETRÔNICO
O DEVER DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA NOS TERMOS DE USO E NA COLETA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, NOS TERMOS DA LGPD
CONFORMIDADE NA OFERTA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DIGITAIS
CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DIGITAIS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AULA 6
CRIMES VIRTUAIS
A PREVENÇÃO E O COMBATE AOS CIBERCRIMES
PROJETO DE LEI N. 879/2022 – CRIME DE SEQUESTRO DE DADOS INFORMATIVOS
NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO NA INDÚSTRIA 4.0
PRIVACIDADE E CONFORMIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO NA ERA DIGITAL

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, J. de S. Tripartição dos Poderes e funções essenciais à justiça. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- BAHIA. Lei n. 13.914, de 29 de janeiro de 2018. Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar no Estado da Bahia. Diário Oficial [do] Estado da Bahia, 29 jan. 2018. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13914-de-29-de-janeiro-de-2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução n. 17, de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2005. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2033-2022.pdf.

DISCIPLINA:
TEORIAS DE DIREITOS HUMANOS E SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO

RESUMO

Nesta disciplina, nosso enfoque maior será na compreensão geral do que se entende por direitos humanos e qual a problemática existente em torno dos variados conceitos de direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS
CLASSIFICAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITO DAS MINORIAS E OS DIREITOS HUMANOS: BREVES NOÇÕES

AULA 2
PRINCIPAIS DIREITOS
PRINCIPAIS GARANTIAS E REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

A QUESTÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA
O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

AULA 3
INTRODUÇÃO
TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS DO SISTEMA GLOBAL PROTETIVO
OS ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU
OS COMITÊS DE MONITORAMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU
DIREITOS E DEVERES – O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL – TPI

AULA 4
INTRODUÇÃO
SISTEMA EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS
SISTEMA AFRICANO DE DIREITOS HUMANOS
OUTROS SISTEMAS PROTETIVOS
DIÁLOGO ENTRE TRIBUNAIS E A TEORIA DA FERTILIZAÇÃO CRUZADA

AULA 5
INTRODUÇÃO
A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA)
A COMISSÃO INTERAMERICANA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS
A CORTE INTERAMERICANA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS
O ACESSO DO INDIVÍDUO AO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

AULA 6
INTRODUÇÃO
OPINIÕES CONSULTIVAS DA CORTE IDH E DO BRASIL
JURISPRUDÊNCIA DA CORTE IDH CONTRA O BRASIL
CUMPRIMENTOS DA DECISÃO DA CORTE IDH
ANÁLISE DE CASO: BRASIL E A LEI DA ANISTIA

BIBLIOGRAFIAS

- BOBBIO, N. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BONAVIDES, P. Curso de Direito Constitucional. 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.
- PIOVESAN, F. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA:
SEGURANÇA E AUDITORIA DE SISTEMAS

RESUMO

A Auditoria e os Sistemas de Informação estão em constante atualização em busca de melhores resultados, preocupando-se atualmente com os processos de negócio e com os Sistemas de Informação que os suportam, baseando-se numa abordagem ao risco. Como

consequência desta evolução, deve-se verificar também uma indissociável evolução no Modelo de Competências dos profissionais de Auditoria, além da identificação de atividades específicas de Auditoria de Sistemas de Informação prevista em três referenciais de Sistemas de Informação (CobiT, ITIL e ISO 17799/27002) e a utilização dos conceitos de Gestão de Projetos aplicados na Gestão das Auditorias de Sistemas de Informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
OS OBJETIVOS DA AUDITORIA
AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)
ROTEIRO E PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO
PROCEDIMENTOS: ETAPAS DA AUDITORIA

AULA 2
DEFINIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA
AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)
AS ÁREAS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR DE SI
AS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO VERSUS AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

AULA 3
O PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DE SISTEMAS
OS DETALHES DO PLANEJAMENTO
A CRIAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA
ANÁLISE E DEFINIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE
PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

AULA 4
FUNDAMENTOS DE CONTROLES INTERNOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES
CONTROLES INTERNOS EM TI: PRINCÍPIOS, FINALIDADES E OBJETIVOS
TIPOS DE CONTROLES INTERNOS
AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS DE SI
ANÁLISE DE RISCO NA AVALIAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

AULA 5
COMPLIANCE
NORMAS, GUIAS E PROCEDIMENTOS
COBIT
ITIL
NORMA ISO 17799

AULA 6
FERRAMENTAS DE AUDITORIA
FERRAMENTAS GENERALISTAS
FERRAMENTAS ESPECIALIZADAS
FERRAMENTAS DE UTILIDADE GERAL
SOFTWARES DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE FUNCIONÁRIOS

BIBLIOGRAFIAS

- IMONIANA, J. O. Auditoria de sistemas de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- INFORMATION SYSTEMS AUDIT AND CONTROL ASSOCIATION. COBIT 5, Estados Unidos, 2015. Disponível em: http://www.isaca.org/COBIT/Pages/COBIT-5-portuguese.aspx.
- LYRA, Maurício R. Governança da segurança da informação. Brasília, 2015.

DISCIPLINA:
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

RESUMO

O avanço da internet e o desenvolvimento tecnológico possibilitaram a propagação de uma nova abordagem referente aos tipos de crimes: os virtuais. Considerando o surgimento destas ações, se fez necessário também evoluir contra os delitos digitais. A necessidade de profissionais especializados, a dificuldade na identificação e a necessidade da elaboração das provas, são alguns dos temas abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
HOMO SAPIENS
A EVOLUÇÃO NO MUNDO DO DIREITO
A CONVIVÊNCIA E AS LEIS
AS LEIS E OS CÓDIGOS
A CONSTITUIÇÃO E OS CRIMES

AULA 2
CRIME
DOLO E CULPA
CRIMES CONTRA A HONRA
AS TECNOLOGIAS E O CRIME CIBERNÉTICO
A PROVA

AULA 3
ONDE OCORREM OS CRIMES CIBERNÉTICOS
A INTERNET, DEEP WEB E DARK WEB
OS LOGS
ENDEREÇO IP – UMA GRANDE EVIDÊNCIA
DA MATERIALIDADE DAS EVIDÊNCIAS

AULA 4
OUTROS RISCOS NA REDE
A APURAÇÃO DE CYBERCRIMES
INVESTIGAÇÕES ENVOLVENDO WEBSITES
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ENVOLVENDO E-MAIL (CORREIO ELETRÔNICO)
INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA

AULA 5
REDES SOCIAIS ONLINE
BUSCA ELETRÔNICA

CRIMES MAIS COMUNS EM REDES SOCIAIS
ADVERSIDADES A SEREM SUPERADAS
DIFICULDADES PARA OBTER-SE A ORIGEM DE UM EVENTO NA INTERNET

AULA 6
ANÁLISE E PRINCÍPIO FORENSE
LEGISLAÇÃO
COMPUTAÇÃO NAS NUVENS OU CLOUD COMPUTING
A PREPARAÇÃO DA POLÍCIA, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

BIBLIOGRAFIAS

- BACELLAR, R. P. Administração judiciária. Curitiba: InterSaberes, 2016.
- BRASIL. Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal. Brasília: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, 2008. CERT.br. Cartilha de segurança para internet. Disponível em:http://cartilha.cert.br/.
- HAMMERSCHIMDT, R. 10 dicas para saber se um site é confiável. Tecmundo, 2 jun. 2012. Disponível em: http://www.tecmundo.com.br/seguranca/1194-10- dicas-paradescobrir-se-um-site-e-confiavel.htm.